

PAC RIO ANIL: a periferia e os grandes projetos de infraestrutura e logística¹

Raquel Santos Almeida - Universidade Estadual do Maranhão
(UEMA)

RESUMO

Este artigo pretendeu discutir os impactos atuais do Projeto PAC-Rio Anil em uma comunidade quilombola urbana, o Quilombo da Liberdade. O PAC-Rio Anil foi um projeto de reforma urbana com vistas a uma ideia de desenvolvimento socioeconômico que removeu diversas famílias que moravam em casas de palafitas situadas à margem esquerda do Rio Anil, nas imediações do que viria a ser o primeiro quilombo urbano do Maranhão. A proposta de construir apartamentos para a relocação de moradores previu a construção de equipamentos de apoio para a melhoria habitacional e ambiental, contudo, depois da remoção o projeto não foi concluído e nem levou em consideração as necessidades identitárias dos moradores, a construção dos equipamentos foi feita a revelia de quem acabou sendo mais impactado. A partir da pesquisa de campo realizada para a elaboração da Dissertação no PPGCSPA-UEMA e usando de aporte teórico, buscou-se problematizar os impactos do projeto no Quilombo Urbano Liberdade, a necessidade de tal empreendimento, a maneira como foi executado e o controle social.

Palavras-chave: Quilombo Urbano. Megaprojetos. Controle social.

Introdução

Desde 13 de maio de 1988 o Brasil passou por vários tipos de governo, Império, República, Ditadura, Estado Novo, Ditadura e atualmente, segundo Pinheiro (2013) vivemos em modelo de Democracia representativa, principalmente na últimas três décadas. Em todos eles algo permaneceu igual, o racismo como base para manutenção de hierarquias sociais, o racismo estruturou a sociedade brasileira independente do tipo de Governo. Almeida (2018) apresentou como esse racismo estrutural se constituiu enquanto base das relações sociais no Brasil, e como tal influenciou as decisões de cunho governamentais, uma vez que as relações de poder envolvidas no racismo permitiram que a elite permanecesse branca, com isso a divisão de classes sociais reflete essa estruturação racista da sociedade.

As políticas públicas enquanto ações governamentais para a promoção de qualidade de vida para a população refletiram esse racismo, seja na ausência ou na precarização quando aconteciam, como o Programa de Aceleração do Crescimento

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

(PAC), que iniciou no Governo Lula em 2007 e teve três eixos estratégicos: infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana, sendo este último onde os bairros Camboa, Liberdade e Fé em Deus participaram. A inclusão dos bairros no PAC-Rio Anil se deu por meio de lutas dos moradores que exigiam urbanização para os bairros, e parceria entre governo Federal (Ministério das Cidades e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR) e Estadual (Secretaria de Estado das Cidades - SECID e da Secretaria de Igualdade Racial - SEIR) na Gestão de Jackson Lago (2007-2009). (SILVA, 2016)

Os bairros supracitados estão localizados na cidade de São Luís no Maranhão e compõem o Quilombo Urbano Liberdade, primeiro do Maranhão, certificado pela Fundação Cultural Palmares em 13 de novembro de 2019 como consequência da organização social e luta por direitos dos moradores. O processo de construção do que hoje é o Quilombo Liberdade está intimamente ligado ao racismo estrutural e como ele embasou o processo de industrialização e urbanização da cidade.

Embora com pouco tempo de certificação, o Quilombo Liberdade já era reivindicado enquanto tal pelos moradores há muito tempo, trabalhos como os de Pinheiro (2003), Silva e Burnett (2015), Silva (2016), Assunção (2017) e Sousa (2019) fizeram referências às mobilizações em torno sentimento de pertencimento a um quilombo que os moradores verbalizaram e usavam como fato ao lutarem por seus direitos.

O PAC-Rio Anil iniciou sua primeira fase em 2008 e até a presente data não foi concluído, passou por reformulações ao longo dos anos e nesse processo foram negligenciadas as características de estar sendo implementado em um quilombo urbano, nem mesmo depois da certificação, as etapas continuam a revelar dessa conquista. Para tanto, este artigo pretendeu problematizar os impactos do projeto no Quilombo Urbano Liberdade, a necessidade de tal empreendimento, a maneira como foi executado e o controle social.

O pós abolição em São Luís e o início da industrialização e urbanização

Após a abolição da escravidão em 1888 a economia nacional que girava em torno do meio rural com as plantações precisou se reorganizar e se adaptar ao desenvolvimento urbano, movimento que já havia iniciado timidamente em algumas cidades brasileiras com a instalação de fábricas para a produção de produtos

manufaturados. Sem as pessoas escravizadas trabalhando nas lavouras houve a necessidade de aproveitar novos recursos para que a elite não perdesse seus bens.

Nesse processo os ex escravos aos poucos foram se tornando operários, mão de obra barata e sem qualificação, condicionados a situações similares à escravidão nas fábricas, com a diferença de que os donos desses empreendimentos não eram mais responsáveis por oferecerem as condições mínimas de sobrevivência como antes, nesse novo modelo o operário deveria arcar com as suas despesas com o que recebia, normalmente pagamentos por comissão, a relação de trabalho deixou de ser senhor-escravo e passou a ser patrão-operário. As novas relações de trabalho não foram capazes de proporcionar a essas pessoas condições para que pudessem ter moradias dignas nas cidades, incluindo São Luís que também iniciava um processo de industrialização e com ele uma divisão social do espaço geográfico da cidade. (PINHEIRO, 2013)

Quanto ao crescimento da cidade, desde o seu princípio, o terreno que viria a ser o local dos futuros bairros Camboa, Liberdade e Fé em Deus estava fora das imediações da cidade, que cresceu envolvendo-o os bairros, como apontado Silva (2016) ao mostrar o desenvolvimento urbano de São Luís e início da industrialização com a instalação da primeira fábrica após a abolição da escravidão, uma tentativa de investimento para que não houvesse prejuízo por não haverem mais escravos. Assim, em 1980 a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense começa a funcionar na Camboa do Matto, local que até então, por ser nas imediações da cidade era tido como um lugar para espalhar e já haviam habitações. Silva (2016) também destacou que com a instalação das fábricas em São Luís não houve a preocupação com as moradias para os operários, sendo as mesmas precárias desde o início, as melhores eram para os funcionários do alto escalão, desse modo a industrialização da cidade iniciou sem um projeto de urbanização para essa área.

Sousa (2019) afirmou que o lugar do negro na cidade, antes e depois da escravidão, ficou à margem da urbanização das cidades, foram pessoas que ficaram sem território original e forçadas a regimes de trabalho sem políticas reparatórias, com isso construíram seus espaços de maneira autônoma, sem que o Estado colaborasse para a qualidade de vida, o que ocasionou aglomerados de pessoas negras em locais insalubres e de estruturas precárias. A exclusão por meio do planejamento urbano foi uma característica também em São Luís, onde os indesejados foram afastados e seus territórios demarcados como intransponíveis, como a Camboa, a Liberdade e a Fé em Deus.

Em 1918 é inaugurado o Matadouro Municipal sob responsabilidade da Companhia Matadouro Modelo de São Luís, concentrando toda atividade desse porte no mesmo local, o empreendimento é construído no Sítio Itamacaca, propriedade da Anastácia Jansen Pereira, onde antes havia um engenho de descascar arroz, este terreno foi cogitado para a construção da fábrica têxtil que acabou sendo construída na Camboa, a vantagem do terreno era sua boa localização próxima ao porto por água e próxima a Estação Central da Companhia Ferro-Carril por terra, e por ter maior quantidade de pedras de barro. O Matadouro acaba dando nome ao Bairro Matadouro e é responsável pela fixação de moradores, diferente da Camboa que não recebe o nome da fábrica, mas a batiza. Há vários indícios do contingente populacional no local, um deles é a promessa eleitoral de Epitácio Cafeteira de mudar o nome do bairro Matadouro, o que acontece em 1966 e após um plebiscito é escolhido o nome de Liberdade (Assunção, 2017), que dará nome ao futuro Quilombo.

Ambos os locais de instalação dos empreendimentos acabam crescendo como bairros de operários, as favelas como apontou Silva (2016), lugares com poucas condições de higiene e por isso muitas doenças, que do ponto de vista determinista adotado pelos serviços de saúde com lógica positivista atrelando cultura e biologia, determinavam que os moradores daqueles locais eram inferiores, bárbaros e ignorantes o que causava malefícios à saúde pública. As soluções sugeridas foram a proibição de novas construções no local e no perímetro urbano ou a construção de um modelo de casinha salubre, baseada na pobreza do operário e não na qualidade da habitação. Estas soluções se basearam em concepções positivistas de quem estava no poder. (SILVA, 2016)

Esse tipo de concepção era comum nessa época em que os sanitaristas responsáveis pelas vistorias das habitações na cidade se embasam em teorias como as de Nina Rodrigues, autor de obras racistas como "As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil" de 1914, e Cesário Lombroso e sua concepção de criminoso nato atrelado a raça, ambos usam o racismo como forma de diferenciação biológica de raças e superioridade ligada a civilização.

Sabendo que a abolição havia acabado há pouco tempo e que haviam muitos alforriados, é possível inferir que grande parte desses trabalhadores poderiam ser ex escravos, filhos e netos de escravos que conseguiram a liberdade antes de 1888, que por falta de opção aceitavam os trabalhos precários nas fábricas e as condições de moradia de baixa qualidade. A construção desses empreendimentos desencadeou a fixação,

primeiro dos operários da construção, depois de funcionários nas imediações dos prédios, no caso do Matadoura outra característica para a fixação de moradia foi a facilidade de conseguir carne mais barata, o que atraiu mais moradores. Essa situação foi observada na construção de outros locais em que as favelas nasceram junto com as cidades planejadas. E Sousa (2019) destacou que houve a deslegitimação das moradias habitadas pelos mais pobres e negros baseada em discurso de limpeza e controle social desfarçado de modernização.

É somente no final da década de 1940 com o fechamento do Matadouro que iniciam os loteamentos oficiais do município na região, no início da década de 1950 logo são ocupados e as construções das casas iniciam. Contudo, o Matadouro reabre anos depois e para de funcionar definitivamente em 1980. Hoje abriga a Escola Municipal Ministro Mário Andreazza e sua fachada foi tombada como patrimônio da cidade em ... Ainda na década de 1940 mais duas fábricas são instaladas próximas ao Matadouro, ambas beneficiavam o óleo de coco babaçu, localizadas ao lado do rio Anil tinham porto e ligação com a ferrovia (Silva, 2016).

Pinheiro (2013) elenca que os moradores da área, quando empregados, além de operários nas fábricas trabalhavam em outras funções de pouca ou nenhuma qualidade, além da baixa renda dos moradores outro fator para a ilegalidade dos terrenos foi provocada pela pouca oferta de terras.

A questão agrária no Brasil sempre foi um problema, que se agravou com a Lei de Terras de 1850, e no Maranhão se intensificou com a Lei de Terras implantada em 1969 durante o governo Sarney, lei essa que colaborou para que na década de 1960 houvesse uma grande expansão populacional provocada pela migração de pessoas oriundas da baixada maranhense que era rural e escravagista. Essa nova ocupação se expande para o mangue devido a escassez de terreno, e iniciam as construções das palafitas por conta das marés. Após a planificação das ruas, alguns agrupamentos continuaram, formando pequenas comunidades relativamente autônomas dentro dos bairros, era comum serem parentes ou da mesma cidade, devido às situações de descontinuidade territorial provocada pela urbanização. Os novos moradores trouxeram consigo suas práticas culturais e religiosas, mantiveram os festejos dos padroeiros mesmo sem igrejas e uma identidade própria de matriz afro-brasileira. Segundo (Silva, 2016) os moradores do mangue primeiro construíram um território sobre a água e com o tempo fabricaram sua própria “terra firme” por um processo de trabalho braçal e

organização comunitária, sem a ajuda do poder público, e assim, aos poucos, onde era maré se tornou terra.

A maneira como a cidade se organizou foi influenciada pela segregação espacial motivada pelo racismo, produziu “espaços mais ou menos valorizados frente o mercado imobiliário e impactando diretamente na vida da população residente” (Sousa, 2019, p.19). Essa segregação socioespacial e racial também marca a maneira como as políticas públicas acontecem ou não.

A escolha dos locais para a construção das fábricas dão indícios de como ocorreram as divisões sociais do espaço público e como isso influenciou os programas habitacionais, sabendo o que Pinheiro (2013) destacou, que o poder público exerce um papel ativo na produção da cidade, tornando-se criador privilegiado da escassez. Com isso a análise de Wacquant (2008) sobre o afastamento proposital do Estado das periferias pobres e negras, acarretando a instalação de um poder paralelo que instala no local economia e leis próprias é propícia para complementar o que vem sendo elaborado neste artigo quanto a formação dos bairros mencionados em torno de empreendimentos.

Programas de habitação e infraestrutura nos bairros Cambóa, Liberdade e Fé em Deus

Pinheiro (2013) destacou a importância do processo de participação popular em um Estado como o Maranhão com histórico de oligarquias no poder. Assim, é importante ressaltar que o primeiro grande projeto no local, o Promorar em 1982 com a drenagem da areia do Rio Anil para aterrar a parte alagada do local, teve resistência a partir de 1983 do Movimento de Defesa do Favelados e Palafitados que lutava pela urbanização e permanência no local. Outra forma de participação popular aconteceu mediante a liderança de sacerdotes. Dentro desta perspectiva de famílias de políticos no poder, Silva (2016) salientou que o programa aconteceu, como outras ações com dinheiro público, por ter cunho eleitoral para a campanha do coronel Mário Andreazza, mesmo não ganhando de nome a principal avenida da Liberdade e a escola que passou a funcionar no prédio do antigo Matadouro.

O Promorar também atraiu pessoas vindas do corredor Carajás (cidades que foram afetadas pela Estrada de Ferro São Luís-Carajás), de Alcântara devido o Centro de Lançamento (CLA) e da Estiva onde havia a Consórcio Alumínios do Maranhão (Alumar), em todas as situações essas pessoas foram desalojadas por esses projetos e

viram no Promorar uma oportunidade de moradia. Essa migração interna teve mais a ver com a expulsão de terras do que com os atrativos urbanos.

Já com o Promorar é possível observar a diferença de um projeto no papel e na concretude, a proposta idealizada não foi finalizada.

Outro programa e o que provocou mais impacto, tanto na questão paisagística quanto nas relações sociais dos moradores foi o PAC-Rio Anil, o mesmo teve uma proposta mais ampla que o Promorar, além de habitação ofereceria infraestrutura para os moradores, iniciou em 2008 com a previsão de retirada das palafitas e seus moradores ganhariam moradias que seriam construídas para 14500 famílias, regularização fundiária, construção de equipamentos públicos, e uma avenida de 25km que serviria de barreira para evitar novas ocupações na margem do rio. Nas metas previam a melhoria de 6000 habitações e construção de 2720 apartamentos para quem fosse removido das palafitas. Todavia esse projeto de grandes proporções não foi finalizado, como a avenida que seria integrada ao interior dos bairros e, no entanto, contudo, foi construída em um nível mais alto que as ruas impossibilitando a saída por ali. Houveram readequações por não ter havido estudos mais aprofundados sobre a geologia e as questões sociais pertinentes, como os modos de vida antes das transferências de moradia. (SILVA e BURNETT, 2015)

Silva (2016) contabilizou que até 2015 somente 832 apartamentos foram entregues, distribuídos em 3 conjuntos habitacionais, os mesmos com as áreas externas por finalizar, além da ausência dos equipamentos como praças, centro cultural e mercado e do plano de urbanização incluído no projeto.

As palafitas foram erradicadas parcialmente e a avenida construída, nesse processo a inclusão social deu lugar a mobilidade, em 2012 ganhou o nome de Avenida IV Centenário em alusão ao aniversário de 400 anos de São Luís, caracterizando um discurso eleitoral como um presente do governo para a cidade que iria desafogar o trânsito, em 2014 é inaugurada parcialmente, e em 2016 o nome é alterado para Avenida Jackson Lago. Essa situação descaracterizou o objetivo do projeto em fortalecer a identidade negra tão forte nos bairros e ganhou outra conotação.

Pinheiro (2013) apontou que o direito a moradia é garantia básica de existência e que nele devem ser considerados a maneira como os agrupamentos formam relações de vizinhança, que servem como proteção objetiva e subjetiva. A ausência de cuidado para com os moradores realocados fez com que, já no primeiro conjunto o Residencial da Camboa, houvesse uma mistura de vizinhanças, desrespeitando a lógica comunitária de

organização, o que gerou muitos problemas de convivência. Essa falta de atenção quanto a logística fez com que algumas pessoas desistissem dos apartamentos alugando-os ou vendendo-os, e outras usassem partes deles como comércio ou outros serviços que os moradores já desenvolviam antes nas palafitas e era sua forma de sobrevivência. O programa se preocupou apenas com as casas e não com a infraestrutura necessária para que essas pessoas pudessem ter qualidade de vida, pelo contrário aniquilou formas de existências, como muitas políticas públicas que são direcionadas para bairros periféricos de população majoritariamente negra.

O Quilombo Urbano

Almeida (2011) problematizou o significado de quilombo, que inicialmente tem caráter jurídico e com o tempo ganha novos e esquemas interpretativos e significados levando em consideração a forma de organização dos quilombolas e não as fronteiras estabelecidas censitariamente ou por divisões político-administrativas. Quilombo nessa perspectiva pode ser usado para ressignificar os “territórios urbanos ocupados por população majoritariamente negra, atribuindo a estes espaços resistência, cultura e identidade” (Sousa, 2019, p.13).

Os bairros Camboa, Liberdade e Fé em Deus ao longo de sua construção foram tratados como periferia da cidade, e como tal não receberam a atenção necessária dos órgãos públicos que coordenam as políticas públicas de urbanização. O descaso colaborou para que os moradores se organizassem em grupos que passaram a lutar pela garantia de direitos. Um desses grupos foi o Centro de Integração Sócio Cultural Aprendiz do Futuro – CISAF, que desde 2002 atua no local e teve como uma de suas principais pautas a luta para conseguir o reconhecimento como quilombo urbano.

Em 2016, durante a realização de uma de suas atividades, o Festival de Belezas Negras da Liberdade Quilombola - FBNLQ, é assinada a Ata de Autodefinição por 12 representantes dos diferentes bairros e formam a Gestão Quilombola, nos anos seguintes esse grupo passa a realizar uma série de atividades para que o sonho do reconhecimento seja efetivado, sendo que em 13 de novembro de 2019 é publicado no Diário Oficial da Fundação Cultural Palmares – FCP pela portaria nº 192, a Certificação do Quilombo Liberdade.

Continuidade do PAC-Rio Anil em território oficialmente quilombola

Território para além de delimitação espacial é o lugar onde são construídas relações objetivas e subjetivas de vizinhança. No Quilombo Urbano Liberdade essas relações são perceptíveis e apontadas por Assunção (2017) que produziu uma cartografia social do território composto pelos três bairros e junto com a comunidade fez uma demarcação, o resultado foi um mapa que seria usado futuramente para a delimitação do quilombo pela FCP. Este mapa sobreposto ao usado por Silva (2015) que apresentou a delimitação do PAC-Rio Anil mostra a mesma área, infere-se que esse grande projeto desde o início esteve em território quilombola, mesmo que não tenha levado esse fato em consideração.



Figura 1: Mapa cartográfico do território quilombola urbano da Liberdade, que compõe a Dissertação de Assunção (2017).



Figura 2: Mapa de fonte da Secid-MA, 2012 mostrando a Área de intervenção do Projeto PAC Rio Anil, e usado por Silva (2015).

Desde o início da implantação do PAC-Rio Anil houve a insatisfação por parte dos moradores, pois os executores do programa não levaram em consideração aspectos importantes da vida cotidiana, como o aspecto cultural (PINHEIRO, 2013), que está dentro das especificações originais de aplicação.

Somente em 2013, após a sensibilização dos técnicos do programa por meio das constantes manifestações dos moradores e devido a uma reformulação no programa é construído, de maneira colaborativa o Mapa Cultural do Rio Anil, um instrumento auto-reconhecimento dos moradores, levando em consideração as dificuldades da implantação do programa devido os contrastes entre as ações do Estado e as demandas da comunidade. (SILVA e BURNETT, 2015).

O mapa cultural foi uma iniciativa criada com o objetivo de consolidar a integração espacial e simbólica dos bairros através do fortalecimento da identidade territorial pelo mapeamento das inúmeras associações e grupos culturais existentes... Uma saída que permitiu, por um lado, a abertura para a comunidade explorar de forma autônoma a sua identidade, em um movimento de afirmação coletiva perante toda a cidade. (SILVA, 2016, p. 117)

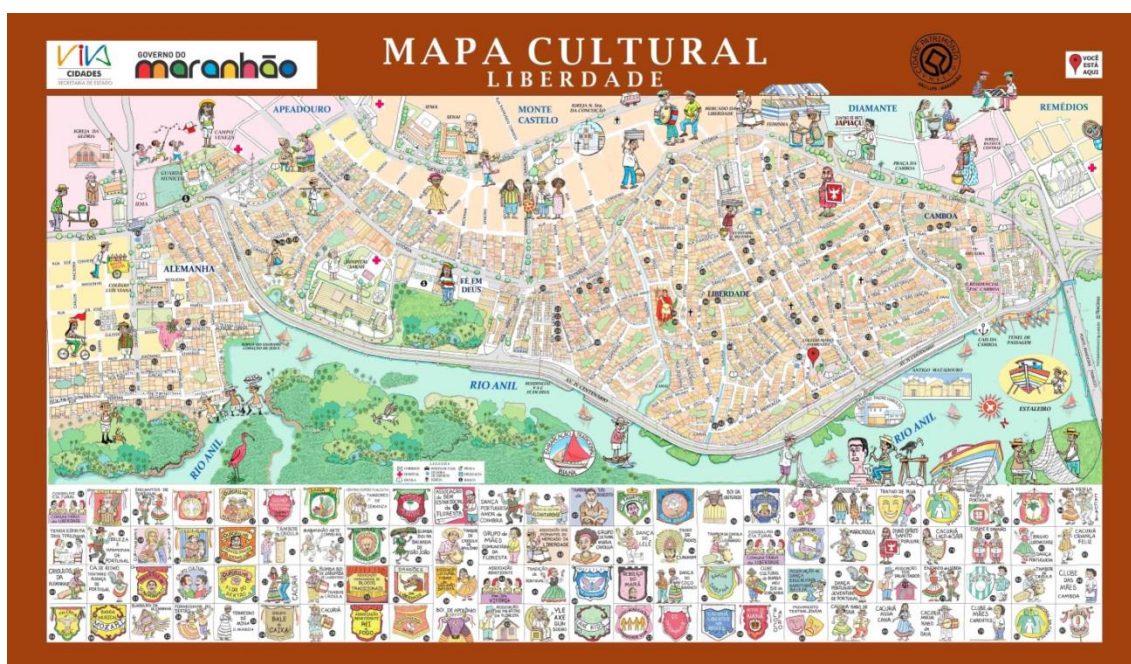


Figura 3: Mapa Cultural do Rio Anil. Fonte: Secid-MA, 2013

Pinheiro (2013) indicou que o Estado é burguês capitalista, com isso suas ações organizam o poder político da classe dominante, possui assim limites estruturais a sua existência, por um lado organiza a classe dominante e por outra desorganiza a classe trabalhadora. É perceptível que o PAC-Rio Anil enquanto projeto de grande porte, com

muitos recursos financeiros teve limitações por não ter levado em consideração a realidade concreta do local que foi implementado, um quilombo urbano, considerou apenas aspectos técnicos de urbanização da cidade e reforçou as desigualdades inerentes ao modelo capitalista.

Em 2019 a Secid iniciou o processo de regularização fundiária no PAC-Rio Anil, contudo, não levou em consideração o processo de certificação do quilombo urbano, nem mesmo após a certificação em novembro houve a iniciativa de dialogar com os moradores a partir das necessidades e implicações decorrentes da certificação.

O Comitê Gestor formado por lideranças também não foi incluído nas conversas que aconteceram em alguns pontos do território quilombola.

Observou-se que algumas obras foram entregues em 06 setembro de 2019, o Batalhão Tiradentes na Avenida Jackson Lago entre Camboa e Liberdade e Centro de Iniciação ao Trabalho (CIT) na Fé em Deus. Destaca-se que as obras foram entregues dois dias antes do aniversário de 407 anos de São Luís e em discurso oficial o governador Flávio Dino fez referência a ampliação de direitos e serviços públicos como a melhor comemoração, mais uma vez o programa é usado com características eleitoreiras.

A falta de atenção para as peculiaridades do território permanece na escolha das obras que possuem prioridade, ficando de lado escola, posto de saúde, praças e quadras, mas não poderia faltar um Batalhão de polícia que reforça os estigmas do território como perigoso, e na ausência de políticas de infraestrutura há políticas de segurança. Por ser um bairro onde a maioria da população é negra, a Liberdade é penalizada com o afastamento do aparelho estatal garantidor de direitos ficando apenas o braço armado para conter as pessoas atribuídas como perigosas e justificando a violência rotineira das autoridades, assim a miséria é penalizada e a dominação racial tem o aval do Estado (WACQUANT, 2011).

Uma vez que o programa não foi finalizado, é necessário que seus executores adequem as próximas etapas para satisfazer as necessidades que até o momento foram negligenciadas, enquanto programa de parceria federal e estadual os recursos podem ser canalizados para o que os moradores realmente precisam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSUNÇÃO, Ana Valéria. **“Quilombo Urbano”, Liberdade, Camboa e Fé em Deus: Identidade, Festas, Mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão.** Dissertação de Mestrado. São Luís: PPGSPA, 2017.

COSTA, Yuri Michael Pereira. **Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais –RBHCSVol. 10 Nº 20, Julho-Dezembro de 2018.

SILVA, Joana. BURNETT, Frederico. **O mapa cultural do Rio Anil como instrumento de integração urbana e transformação espacial.** In: XVI Enanpur, Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte: Anais do XVI Enanpur, 2015.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão.** Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação, 2016.

SOUSA, Maíra Carvalho de. **O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE: um estudo dos bairros Fé em Deus, Camboa e Liberdade em São Luís – MA.** Monografia. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2019.

PINHEIRO, Sílvio Sérgio Ferreira. **PALAFITAS SERÃO APARTAMENTOS: concepções, mecanismos e limites da participação popular no PAC Rio Anil no bairro da Liberdade, em São Luís do Maranhão.** Pontifícia Universidade Católica, Dissertação. São Paulo, 2013.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** (trad) André Telles e Maria Luiza S. de A. Borges. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **As duas faces do Gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.